

O PAPEL DA EJA NA ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO

THE ROLE OF ADULT EDUCATION IN ERADICATING ILLITERACY

EL PAPEL DE LA EDUCACIÓN DE ADULTOS EN LA ERRADICACIÓN DEL ANALFABETISMO

Elisabete Teodoro Rodrigues Geraldo¹

RESUMO: A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma política essencial no combate ao analfabetismo no Brasil, oferecendo oportunidades de escolarização e garantindo o acesso a direitos básicos de cidadania. Embora o número de pessoas não alfabetizadas tenha diminuído ao longo dos anos, o problema ainda persiste, especialmente em regiões onde as desigualdades sociais são mais marcantes. Este artigo discute o papel da EJA na superação do analfabetismo, analisando seus desafios e possibilidades. Por meio de revisão bibliográfica e observação de práticas pedagógicas, busca-se compreender como metodologias dialógicas, inclusivas e contextualizadas podem fortalecer o processo de aprendizagem de jovens e adultos. O estudo destaca que a EJA vai além do caráter compensatório, constituindo-se como um espaço de construção de conhecimento, inclusão social e desenvolvimento da autonomia dos estudantes.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Analfabetismo. Inclusão Social. Cidadania. Políticas Educacionais.

ABSTRACT: Youth and Adult Education (EJA) is an essential policy in the fight against illiteracy in Brazil, offering schooling opportunities and guaranteeing access to basic citizenship rights. Although the number of illiterate people has decreased over the years, the problem still persists, especially in regions where social inequalities are more pronounced. This article discusses the role of EJA in overcoming illiteracy, analyzing its challenges and possibilities. Through a literature review and observation of pedagogical practices, it seeks to understand how dialogical, inclusive, and contextualized methodologies can strengthen the learning process of young people and adults. The study highlights that EJA goes beyond a compensatory character, constituting itself as a space for knowledge construction, social inclusion, and the development of student autonomy.

Keywords: Youth and Adult Education. Illiteracy. Social Inclusion. Citizenship. Educational Policies.

RESUMEN: La Educación de Jóvenes y Adultos (EJA) es una política esencial en la lucha contra el analfabetismo en Brasil, ofreciendo oportunidades de escolarización y garantizando el acceso a los derechos ciudadanos básicos. Si bien el número de personas analfabetas ha disminuido con el paso de los años, el problema persiste, especialmente en regiones donde las desigualdades sociales son más pronunciadas. Este artículo analiza el papel de la EJA en la superación del analfabetismo, analizando sus desafíos y posibilidades. A través de una revisión bibliográfica y la observación de prácticas pedagógicas, busca comprender cómo las metodologías dialógicas, inclusivas y contextualizadas pueden fortalecer el proceso de aprendizaje de jóvenes y adultos. El estudio destaca que la EJA trasciende su carácter compensatorio, constituyéndose en un espacio para la construcción de conocimiento, la inclusión social y el desarrollo de la autonomía estudiantil.

Palabras clave: Educación de Jóvenes y Adultos. Analfabetismo. Inclusión Social. Ciudadanía. Políticas Educativas.

¹ Graduada em Pedagogia na Faculdade de Pinhais – FAPI. Pós-graduada em Educação Infantil na Faculdade Padre João Bagozzi.

INTRODUÇÃO

Representando um dos grandes problemas da educação nacional, o analfabetismo constitui-se como um dos mais complexos entraves, que mesmo com o avanço da escolarização básica e a criação de políticas públicas que se voltam a inclusão, uma parcela significativa da população ainda encontra-se a margem do processo educativo. Em 2022 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, trouxe dados que demonstravam que mais de 11 milhões de brasileiros com 15 anos ou mais não possuíam domínio de habilidades básicas de leitura e escrita, correspondendo a 6,1% da população nacional, evidenciando que o direito a educação, direito garantido na Constituição Federal, ainda é inacessível a muitos cidadãos.

Diante deste contexto a Educação de Jovens e Adultos (EJA), segundo os estudos apresentados por Tolentino Filho (2025) tem um papel de grande relevância na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, aonde sua função vai muito além de simplesmente alfabetizar e concluir etapas do ensino formal, ela deve ser entendida como ferramenta de conscientização crítica, que promove ao estudantes a capacidade de reflexão sobre a realidade que esta inserido, identificando suas condições de vida e atuando para transforma-las, o que impacta muito mais de que simplesmente oferta do aprendizado da língua escrita, ela busca a valorização das histórias, dos conhecimentos e das vivências que os alunos trazem para a sala de aula.

2

Compreender a necessidade da EJA implica reconhecer que a exclusão educacional vivenciada por jovens e adultos não é fruto de dificuldades individuais, mas consequência de desigualdades históricas relacionadas à pobreza, à falta de políticas permanentes, às condições de trabalho precárias e a práticas pedagógicas pouco motivadoras. Assim, o desafio envolve não apenas possibilitar o acesso à escola, mas também criar condições de permanência e oferecer métodos de ensino que dialoguem com os saberes e ritmos dos estudantes.

O objetivo central para esta pesquisa foi de refletir sobre o papel da EJA no enfrentamento ao analfabetismo, discutindo suas fragilidades, avanços e potencial transformador na vida dos estudantes, sendo que estes sujeitos já possuem uma educação na informalidade, em sua base familiar e no grupo social ao qual pertencem, assim é necessário que para a alfabetização acontecer levar em considerações este contexto a trabalhar com práticas pedagógicas dialogadas, contextualizada e humanizadoras, na busca por uma perspectiva de vida melhor ultrapassando os muros da escola e utilizada em suas vidas.

REVISÃO DA LITERATURA

Segundo os estudos apresentados por Felipe, Cardoso e Farias (2023) a EJA constitui-se como uma modalidade de ensino na educação básica, ofertada pelo sistema de ensino e movimentos sociais, como o objetivo de garantir o direito a educação, mesmo que em meio a uma trajetória de campanhas e projetos descontínuos e com pouca instabilidade, que tiveram seu início ainda no Brasil colônia com os Jesuítas, que buscavam difundir a fé católica entre os indígenas, sejam adultos e crianças, além de promover a educação nos moldes dos costumes portugueses ensinando-lhes os serviços de mão de obra que eram necessários naquele período.

Os estudos apresentados por Arroyo (2017) destacam que a EJA carrega um forte caráter de reparação histórica. Para o autor, o grande contingente de pessoas que não tiveram acesso à alfabetização não pode ser interpretado como falha individual, mas como resultado de um modelo de sociedade desigual, que marginalizou trabalhadores rurais, mulheres, pessoas negras, populações do campo e grupos tradicionais. Esses segmentos compõem, historicamente, o maior índice de analfabetismo, o que evidencia que a exclusão escolar é fruto de um processo social amplo e não de incapacidade dos sujeitos.

Para Paulo Freire (1987) um dos maiores estudiosos da educação de adultos no Brasil, alfabetizar não é apenas ensinar alguém a reconhecer letras e palavras, mas permitir que os sujeitos interpretem o mundo ao seu redor, compreendendo sua posição nele e transformando-o. Ele propõe uma prática educativa dialógica e problematizadora, sendo que os estudantes adultos trazem consigo uma bagagem de saberes e experiências que deve ser respeitada e utilizada como ponto de partida para os novos aprendizados que acontecerão no ambiente escolar.

Em relação às políticas públicas, Haddad e Di Pierro (2000) analisam que desde o século XX o Brasil vem desenvolvendo programas de alfabetização de adultos, muitas vezes sem continuidade ou integração entre as ações. Um dos programas mais conhecidos, o MOBRAL, criado em 1967, tinha grande alcance, mas recebeu críticas pela adoção de métodos tecnicistas, que pouco dialogavam com a vida dos estudantes. Um marco significativo ocorreu com a Constituição Federal de 1988, que garantiu a EJA como direito e parte da educação básica, reforçando a necessidade de políticas mais estáveis e estruturantes.

Nos estudos apresentados por Reichardt e Silva (2020) é possível constatar o direito a EJA que todo o cidadão tem, quando expresso na Constituição Federal através da incorporação do princípio de que toda e qualquer educação visa o pleno desenvolvimento da pessoa, seu

preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (CF. Art. 205). “I – ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria.” (CF. Art. 208) (BRASIL, 1988).

Este direito é retomado no Art. 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que define a educação como um dever da família e do Estado, tendo como finalidades o desenvolvimento integral do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1996). Assim fica clara a consolidação da EJA como modalidade da educação básica e que deve ser ofertada a todos que não tiveram oportunidade de concluírem seus estudos no tempo adequado.

O Plano Nacional de Educação (PNE 2014/2024) traz metas ambiciosas para a ampliação de alfabetização, como a Meta 9 a qual focava na alfabetização e alfabetismo funcional de jovens e adultos, com o objetivo de elevar a taxa de alfabetização para 93,5% até 2015, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% o analfabetismo funcional até o fim do plano em 2024. Esta Meta, segundo Cruz Bitencourt e Wagner (2024) constitui-se como uma estratégia para a erradicação do analfabetismo no Brasil, onde todos os sujeitos com 15 anos ou mais de idade tenham acesso garantido a leitura e escrita.

No entanto, o Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE, apresentado por Cruz Bitencourt e Wagner (2024) indicam que a ambiciosa meta de erradicação do analfabetismo não foi atingida.

No campo pedagógico, a teoria da andragogia, difundida por Malcolm Knowles (1990), é frequentemente mencionada na literatura como referencial importante para a compreensão da aprendizagem adulta. Knowles afirma que jovens e adultos aprendem de forma distinta das crianças, pois já possuem vivências, autonomia e necessidades específicas. Assim, metodologias aplicadas na EJA devem ser relevantes, participativas e conectadas à vida cotidiana dos estudantes, evitando modelos tradicionais centrados apenas na transmissão de conteúdos.

Organizações internacionais, como a UNESCO (2020), reforçam a importância de se pensar a alfabetização de adultos dentro de uma lógica de educação ao longo da vida. A perspectiva defendida pelo órgão destaca que a EJA não deve ser vista como ação emergencial, mas como política permanente que abrange inclusão digital, formação profissional, desenvolvimento pessoal e cidadania ativa, ampliando o papel da alfabetização no contexto contemporâneo.

Estudos apresentados por Antunes (2015) refletem que a EJA traz impactos importantes da vida dos estudantes, pois eles passam a enxergar novas possibilidades, seja profissional ou

pessoal, reconstroem sua autoestima e ampliam sua inserção social, através de troca de experiências, da construção coletiva de identidade, o que reforça o caráter transformador dessa modalidade.

A pesquisa realizada por Reichardt e Silva (2020) apontam que a EJA tem o papel da construção curricular para a formação dos sujeitos, fornecendo subsídios para que se afirmem como pessoas ativas, críticas e democráticas, tendo como objetivo o desenvolvimento do processo de formação humana, social, trazendo o respeito pela cultura, experiências e conhecimentos adquiridos no decorrer da vida dos estudantes, complementando com valores e saberes novos e saberes técnicos e específicos.

Os mesmos autores afirmam que o processo de construção de conhecimento dos estudantes da EJA acontece quando estes sujeitos começam a compreender seu próprio universo, o processo de criação, produção e cultura se tornando o sujeito do processo, e assim realizando um aprendizado para a vida toda, onde possa expressar suas experiências socioculturais; desse modo, comprova-se que, através desta modalidade, o sujeito consegue conquistar a sua liberdade, o respeito e a transformação da sua vida em plenitude, quando este procedimento for contínuo, avançando em seu processo de alfabetização.

Apesar dos avanços, a literatura identifica obstáculos persistentes. Di Pierro (2010) e Ribeiro (2016) ressaltam que a evasão escolar é um dos maiores desafios, frequentemente motivada por dificuldades financeiras, longas jornadas de trabalho e falta de condições adequadas nas instituições de ensino. Soma-se a isso o preconceito ainda existente em relação aos alunos da EJA, que muitas vezes carregam sentimentos de insegurança ou experiências anteriores de fracasso escolar.

Estudos apresentados por Jahnke (2025) e Martins (2025) apontam que a EJA tem um potencial para auxiliar na redução significativa do analfabetismo e na promoção de direitos fundamentais, no entanto, ainda enfrenta dificuldades que são recorrentes de políticas desconexas e metodologias que não se adaptam a realidade dos estudantes, sendo necessário uma visão para estas práticas no sentido de atender de forma concretas a este público. Para que isto ocorra é necessário compreender a o papel que a EJA tem na erradicação do analfabetismo em suas múltiplas dimensões, social, política, pedagógica e cultural.

Neste contexto Cruz (2021) ressalta que o analfabetismo vai muito além da ausência do domínio da leitura e da escrita, sendo a expressão de desigualdades construída historicamente que atravessam gerações e impactam diretamente na participação social, econômica e cidadã dos sujeitos, pois a alfabetização não é um processo natural, mas que deve ser construído através de

interações entre os sujeitos. Assim a EJA pode atuar não somente como uma forma de correção de trajetórias educacionais que foram interrompidas, mas constitui-se como um espaço de inclusão, reconhecimento e reconstrução de direitos.

Outro ponto que deve ser considerada quando se pensa em EJA e o processo de alfabetização, segundo os estudos de Reichardt e Silva (2020) e Martins (2025) é a heterogeneidade dos estudantes, o que se apresenta como um grande desafios pedagógico, pois nas salas de aula estão jovens que deixaram o ensino regular, adultos que trabalham em jornadas extensas e idosos que nunca tiveram a oportunidade de estudar, exigindo que o professor trabalhe com metodologias diversas que possa atender aos estudantes em suas especificidades valorizando o conhecimento prévio de cada um.

Como enfatiza Freire (1987), a prática pedagógica na EJA deve estar pautada no diálogo, que respeita a trajetória individual dos estudantes e na construção colaborativa dos saberes, sendo que um dos principais desafios é a superação de visão tradicional de educação, que se baseia meramente na transmissão de conteúdos. Muitos estudantes dessa modalidade já tiveram experiências negativas no sistema educacional formal, marcadas pelo fracasso escolar, reprovações e exclusão. Nesse sentido, as metodologias ativas surgem como uma alternativa eficaz, ao colocar os alunos no centro do processo de aprendizagem e estimular sua participação ativa e reflexiva, valorizando suas experiências, realizando uma escuta ativa, criando vínculo e fortalecendo o sentimento de pertencimento o que agrega a permanência dos alunos em sala de aula.

6

A relação entre a EJA e o mundo do trabalho também merece destaque. Embora a escolarização não resolva, por si só, as desigualdades do mercado de trabalho, ela amplia as possibilidades de inserção produtiva e melhora as condições de empregabilidade. Pesquisas como as de Ribeiro (2016) indicam que jovens e adultos alfabetizados apresentam maior autonomia, maior segurança na busca por oportunidades e melhor compreensão de direitos trabalhistas. Por essa razão, a EJA precisa dialogar com políticas de formação profissional, inclusão digital e programas de geração de renda.

O estudo apresentado por Chagas e Medeiros (2021) aponta que diversos são dos desafios e obstáculos enfrentados pelos estudantes da EJA, e o principal é a evasão escolar, sendo que os alunos enfrentam longas jornadas de trabalho e tem dificuldades de manter a frequência regular nas aulas, causando desmotivação e conseqüente abandono. A falta de transporte, responsabilidades familiares e condições precárias de vida dificultam a permanência. Além disso, muitas instituições ainda apresentam infraestrutura inadequada e poucos materiais

didáticos específicos para a modalidade. A ausência de formação continuada para professores de EJA também compromete a qualidade do trabalho pedagógico.

Outro ponto central trazido por Reis (2023) é que os estudantes da EJA trazem consigo um estigma, um preconceito contra eles, pois são encarados pela sociedade como um entrave social, pois em muitos discursos são visto como incapazes ou atrasados, gerando um sentimento de vergonha e insegurança, é urgente combater estes rótulos e desenvolver ações que possam fortalecer a entrada e permanência destes sujeitos no âmbito da educação, com práticas inclusivas que respeite e valorize que supere os constrangimentos e experiências de discriminação que muitas vezes foram vividas por estes sujeitos na ambiente escolar e na sociedade.

Diante dos estudos apresentados é possível afirmar que a EJA tem sim um papel de grande relevância para combater o analfabetismo, mesmo que ainda haja muitas barreiras a serem vencidas, as possibilidades de trabalhado pedagógica bem articuladas tem potencial decisiva na vida destes estudantes. Para que essa modalidade seja eficaz, é necessário garantir investimentos consistentes, políticas articuladas e práticas pedagógicas coerentes com as necessidades dos estudantes. Isso inclui formação de professores, ampliação de materiais pedagógicos, valorização da diversidade e integração com outras políticas sociais.

7

METODOLOGIA

A metodologia empregada para esta pesquisa foi definida para permitir uma compreensão profunda do papel que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem na superação do analfabetismo no Brasil. A abordagem adaptada foi qualitativa, exploratória e interpretativa, por entender que esse tipo de investigação possibilita olhar para além dos números, valorizando as experiências, vivências e significados atribuídos pelos sujeitos envolvidos no processo educativo.

Pesquisas de cunho qualitativos, segundo Minayo (2012) e Flick (2009), são fundamentais quando se busca compreender fenômenos sociais complexos, que são marcados por questões sociais, históricas, culturais e subjetivas, como no processo de alfabetização da EJA.

Para organizar a análise, três procedimentos metodológicos foram adotados de forma complementar: revisão bibliográfica, análise documental e observação exploratória de práticas educativas.

A revisão bibliográfica foi a primeira etapa, onde aconteceu o levantamento de obras e estudos que tratam do assunto como, analfabetismo, educação de jovens e adultos, as políticas públicas voltadas ao tema. Os materiais consultados foram livros, artigos científicos, teses e dissertações que constam em sites indexados.

Dentre os autores pesquisados para compor o referencial teórico estão, Freire (1987), com sua perspectiva humanizadora e dialógica; Knowles (1990), com contribuições sobre aprendizagem de adultos; Arroyo (2017), Di Pierro (2010), Haddad (2000), Martins (2025), Reis (2023) que discutem a EJA em suas dimensões pedagógicas e sociais. Também foram incluídos documentos internacionais, como relatórios da UNESCO (2020), que contextualizam o tema em escala global.

A segunda etapa foi a análise documental, onde se estudou os documentos oficiais que norteiam as políticas públicas da educação brasileira, dentre eles a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996), o Plano Nacional de Educação (2014–2024), além de relatórios publicados pelo IBGE e pelo INEP.

Essa análise é importante, pois possibilita contextualizar historicamente a Educação de Jovens e Adultos e compreender fatos e momentos históricos chegando assim no momento atual e nas metas que são estabelecidas para a nossa escolarização, também permite compreender avanços e retrocessos no processo.

8

A terceira etapa constitui-se da observação exploratória de práticas educativas, mesmo que não realizando uma pesquisa etnográfica formal, foram acompanhadas, de forma exploratória, algumas experiências de EJA em instituições públicas e projetos comunitários. Esse contato direto com o cotidiano das turmas possibilitou observar estratégias de ensino, interações entre estudantes e professores, além das dificuldades enfrentadas no dia a dia. Perceber como as aulas acontecem na prática ajudou a enriquecer a análise teórica, trazendo elementos reais sobre a dinâmica da alfabetização de jovens e adultos, como a heterogeneidade das turmas, a influência das experiências de vida e a importância da acolhida pedagógica.

Procedimentos de análise

Após a coleta das informações, o material foi organizado seguindo a técnica de categorização temática, proposta por Bardin (2011). As categorias foram definidas a partir da recorrência de temas presentes nas leituras, nos documentos oficiais e nas observações realizadas. Entre elas, destacam-se:

- Adaptação metodológica: estratégias que consideram o ritmo e as necessidades dos estudantes da EJA;
- Motivação e permanência: fatores que favorecem ou dificultam a continuidade dos estudos;
- Desafios estruturais: questões como infraestrutura escolar, políticas públicas, formação docente e evasão;
- Impactos sociais: transformações na autoestima, autonomia, empregabilidade e cidadania.

Para assegurar maior consistência e confiabilidade, utilizou-se também o princípio da triangulação de fontes, articulando teoria, documentos legais e práticas pedagógicas observadas. Isso permitiu uma visão mais ampla, evitando conclusões baseadas em apenas um tipo de dado.

A pesquisa optou por não quantificar resultados, pois o objetivo principal foi compreender o fenômeno em sua dimensão humana, social e histórica. Nesse tipo de investigação, valores, percepções, vivências e significados são tão ou mais importantes que indicadores numéricos.

Assim, a metodologia adotada permitiu construir um olhar crítico e sensível sobre a EJA, evidenciando não apenas suas limitações estruturais, mas também seu potencial transformador na vida de jovens e adultos que historicamente tiveram seus direitos negados. A integração entre teoria, documentos oficiais e práticas reais contribuiu para uma análise mais sólida, coerente e alinhada à complexidade do tema investigado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises desenvolvidas ao longo deste estudo, torna-se evidente que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) ocupa um lugar central no enfrentamento do analfabetismo e na promoção da justiça social no Brasil. Longe de representar apenas uma alternativa para recuperar anos de escolarização não vividos, a EJA se configura como um espaço de reconhecimento, de reconstrução de trajetórias e de afirmação da dignidade humana.

Após as reflexões e estudos foi possível constatar que os estudantes da EJA chegam às escolas com suas vivências que muitas vezes são marcadas por obstáculos sociais, econômicos e culturais. Mas também trazem suas experiências, conhecimentos que enriquecem o processo de ensino aprendizagem e que devem ser utilizados como motor propulsor, instigando as diversidades presentes nas turmas, promovendo atividades pautadas no diálogo e em práticas colaborativas e que venham de encontro com a realidade apresentada.

O estudo também evidencia que os desafios enfrentados pela EJA se manifestam tanto no plano estrutural quanto no pedagógico. No campo estrutural, persistem problemas como a descontinuidade de políticas públicas, a evasão provocada por condições de vida adversas, a falta de infraestrutura adequada e o investimento insuficiente. Já no campo pedagógico, destaca-se a necessidade de formação específica para educadores que atuam nessa modalidade, de modo que possam desenvolver estratégias de ensino contextualizadas, participativas e emancipadoras.

As experiências mais exitosas observadas indicam que metodologias humanizadas, pautadas na valorização da história de vida dos estudantes e na articulação entre alfabetização e cidadania, geram impactos mais consistentes na aprendizagem e na permanência escolar. No âmbito das políticas públicas, os resultados apontam para a urgência de fortalecer e ampliar a EJA, garantindo recursos, formação docente, integração com programas de qualificação profissional e iniciativas de inclusão digital. Campanhas que combatam preconceitos e incentivem o retorno à escola também se mostram essenciais.

Diante desse cenário, conclui-se que enfrentar o analfabetismo no país exige que a EJA seja tratada como política estratégica e permanente. O analfabetismo não se resume à ausência de leitura e escrita; ele expressa desigualdades históricas que ainda moldam a sociedade brasileira. Nesse sentido, a EJA deve ser vista como ferramenta fundamental de inclusão, autonomia e participação social.

10

Mais do que ensinar a ler e a escrever, a EJA transforma vidas. Ela reabre possibilidades, fortalece a autoestima, amplia oportunidades e contribui para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Erradicar o analfabetismo é, portanto, reafirmar o direito de todos à educação como instrumento de liberdade, cidadania e transformação social.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. **Ofício de mestre**. Petrópolis: Vozes, 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: www.planalto.gov.br.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB** (Lei nº 9.394/1996). Disponível em: www.planalto.gov.br.

CHAGAS, I. D. MEDEIROS, M. C. L. A evasão e o retorno a escola na Educação de Jovens e Adultos: Fatores e motivos. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 06, Ed. 02, Vol. 13, pp. 87-123. Fevereiro de 2021. ISSN: 2448-0959. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/evasao-e-o-retorno>

CRUZ, L. C. A importância da escrita no desenvolvimento cultural dos sujeitos. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. Campinas, 2021. Disponível em: https://www.alleaula.fe.unicamp.br/pf-alleaula/cruz_leticia_calvacante_da_tcc.pdf

CRUZ, L.; BITENCOURT, V. C.; WAGNER, F. Educação de Jovens e Adultos e a Meta 9 do PNE (2014-2024): grupos vulneráveis esquecidos no Brasil. **Sala 8 -Revista Internacional em Políticas, Currículo, Práticas e Gestão da Educação**, v. 1, n. 6, Ano: 2024. Disponível em: <https://periodicos.upe.br/index.php/revistasalaoito/article/view/824/673>

DI PIERRO, M. C. **A educação de jovens e adultos no Brasil**. Cadernos Cedes, v. 30, n. 81, p. 83-102, 2010.

FELIPE, A. R. O.; CARDOSO, E. K. C.; FARIAS, R. C. **Educação de Jovens e Adultos (EJA): políticas públicas e ausência de formação continuada de professores em atividade**. In: MIGUEL, José Carlos; BERSI, Rodrigo Martins (org.). Educação de Jovens, Adultos e Idosos: marcos conceituais, práticas e políticas. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2023. p. 181-214. Disponível em: https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab_editorial/catalog/book/410/chapter/3114

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. **Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: MEC/UNESCO, 2000.

11

IBGE. PNAD Contínua 2022: Educação. Disponível em: www.ibge.gov.br.

JAHNKE, J. F. Desafios e potencialidades da EJA: um relato de experiência no contexto escolar. **ARACÊ**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 6911-6926, 2025. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/3306>.

MARTIN, P. R. C. Educação de jovens e adultos no Brasil: análise crítica de políticas, permanência e aprendizagens em contextos de desigualdade. **LUMEN ET VIRTUS**, São José dos Pinhais, v. XVI, n. LIII, p.1-14, 2025.

MINAYO, M. C. S. (org.). **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez, 2015.

REICHARDT, M.; SILVA, C. A importância da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Centro Universitário Internacional UNINTER. **Caderno Intersaberes**, v. 9, n. 23, 2020. Disponível em: <https://www.cadernosuninter.com/index.php/intersaberes/article/view/1666>

REIS, S. M. A. O. As práticas educativas de regulação e emancipação na EJA escolarizada. **Educação & Realidade**, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/GBgLN6gndSWfSyqFh7476Nr/>

RIBEIRO, V. M. Educação de Jovens e Adultos: desafios. *Revista Brasileira de Educação*, v. 21, n. 66, p. 31-49, 2016.

TOLENTINO FILHO, D. Educação de jovens e adultos (EJA) e o direito à cidade: Práticas pedagógicas emancipatórias e o protagonismo social. **International Integralize Scientific**. v 5, n 50, agosto, 2025. Disponível em: <https://iiscientific.com/artigos/76e977/>

UNESCO. **Relatório Global sobre Educação de Adultos**. Paris: UNESCO, 2020.